



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 22 / 26

FL N.º 57

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 28 DE JULHO DE 2026**

N.º 22/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta e seis minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Cepelos, de acordo com a deliberação tomada em 07/04/2026, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029: -----

COM AS SEGUINTE PRESENCAS:

- **Do CDS/PP:** O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, **o vereador**, Sérgio Miguel dos Santos Soares, **e a vereadora** Mónica Pinto Seixas; -----
- **Do PPD/PSD, os vereadores**, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

AUSÊNCIA:

O **vereador** Nelson da Silva Martins, por motivo de férias. -----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- a) Ata da reunião ordinária de 14 de julho de 2026;-----
- b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Ajuste Direto para a Prestação de Serviços: Revisão Oficial de Contas 2026 e 2027;-----
2. Procedimento Concursal: 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Engenharia Civil);-----



2026.07.28

3. Ratificação de despacho: Apoio à União Cultural Recreativa Fuste e Função –
“I SUBIDA DO RIO”;-----

4. Confraria do Vinho Verde: Convite ao Município de Vale de Cambra, para
Confrade Mecenaz;-----

5. Desafetação do domínio público/ trato de terreno do arruamento denominado
Rua dos Moinhos, com a área de 153m², para domínio privado da Câmara
Municipal, no âmbito da implementação de Edifício de Habitação Partilhada em
Ramilos, Macieira de Cambra;-----

6. Informações e outros Processos: -----

- Requerimento de férias;-----
- Listagem de pagamentos;-----
- Listagem de Processos de obras;-----
- Processo n.º 347/83 – ONEREDPDM;

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final
do n.º 1 do mesmo artigo) -----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.-----

O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU
ABERTA A REUNIÃO: -----

Agradeceu à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Dr.ª Fernanda
Gonçalves e restantes membros ali presentes, pelo acolhimento e pela
possibilidade de se concretizar nesta freguesia, mais uma reunião
descentralizada. -----

Comunicou que por motivo de férias, o vereador Nelson Martins não estaria
presente. -----

O vereador Miguel Aguiar Soares, no uso da palavra, propôs um voto de pesar
pelo falecimento do Sr. António Tavares de Pinho, pai da Deputada Municipal,
Sandra Pinho, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----



O Sr. Presidente deu continuidade à reunião. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JULHO DE 2026: -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 14 de julho de 2026, por unanimidade dos cinco membros presentes na mesma, dando por conforme a Minuta das Deliberações então aprovada e respetiva publicitação. ---

A vereadora Mónica Pinto Seixas ao abrigo do n.º 3, art.º 34.º do CPA, não votou, por não ter estado presente na referida reunião. -----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

O vereador Sérgio Soares começou por agradecer à Junta de Freguesia a cedência do espaço para a realização da reunião pública descentralizada, por permitir uma maior proximidade com as pessoas da freguesia de Cepelos, que, podem intervir manifestando as suas preocupações e necessidades, apesar de ainda não se registarem nem presenças nem inscrições, talvez devido à hora. ---

Sendo o fim-de-semana repleto de iniciativas, frisou, informou ter estado presente na Feira do Arestal, na Freguesia de Junqueira, considerando ser este, um evento muito importante para os setores da agricultura e da floresta, tendo presenciado o interesse dos mais jovens por estas áreas, aos quais manifesta a sua gratidão por este empenho e dinâmica na criação de gado da raça arouquesa; esteve presente noutros eventos como o Rally, a prova de BTT, nas Festas Religiosas de Santiago, em Sandiães, deixando o seu profundo agradecimento à comunidade e a todos quantos organizaram e contribuíram para o sucesso destes eventos, onde teve o privilégio de presenciar a união das pessoas e o seu envolvimento, factos que contribuem para a construção de uma melhor comunidade. -----

A vereadora Mónica Seixas também agradeceu à Junta de Freguesia de Cepelos, pelo acolhimento naquele espaço repleto de fotografias que retratam as



2026.07.28

atividades do Atelier que percorre todas as freguesias, junto da comunidade, e que lhe apraz essa continuidade.-----

No âmbito da representação da Câmara Municipal, informou que nos dias 6 e 7 de julho, esteve no V Encontro Interconcelhio de Bibliotecas Escolares de Entre Douro e Vouga, organizado pelo município em parceria com a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares e o Centro de Formação AVCOA, iniciativa que contou com a participação de cerca de 200 profissionais da área da educação e bibliotecas escolares, oradores de nível nacional e teve lugar no CAE- Centro de Artes e Espetáculos e a Escola das Dairas.-----

Referiu ter estado presente na festa de encerramento do projeto INFÂNCIA+, uma resposta para crianças com vulnerabilidade social, desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra em parceria com o município, pelo qual se desenvolvem atividades de desporto, dança, folclore e teatro, estando este último a ser dinamizado pelo CAE. No âmbito deste tipo de parcerias, o município tem desenvolvido um trabalho conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, através do CAE – Centro de Artes e Espetáculos, destinado a jovens com interesse pela prática teatral, no caso, com o Lar de Infância e Juventude, sendo igual convite de parceria, dirigido ao Núcleo de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa, para que os seus jovens possam também beneficiar desta iniciativa totalmente gratuita.-----

Informou que, juntamente com o Vereador Nelson Martins, esteve na reunião do Conselho Geral da Educação realizada no dia 22 de junho na Escola das Dairas, onde foram abordados temas relacionados com o arranque do próximo ano letivo, destacando o Plano Cultural da Escola, ao qual se pretende dar continuidade, dado o seu impacto positivo, como foi o caso da participação nas Marchas Populares de St.º António. -----



Participou na cerimónia de finalistas do 12.º ano da Escola Secundária, dia 24 de junho, ocasião em que manifestou a disponibilidade do Município em acolher e apoiar os jovens e, reforçando as palavras já proferidas pelo Vereador Nelson Martins, desejou-lhes um futuro com muito sucesso,-----

Deixou o seu reconhecimento à Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, pela iniciativa Praça ConVida e Fórum do Vinho Verde, evento onde esteve presente e que foi promovido conjuntamente pela Junta de Freguesia e pela Confraria do Vinho Verde, assumindo, no seguimento do compromisso já firmado pelo executivo, dar continuidade ao trabalho da promoção do vinho verde.-----

Por fim, por não ter tido agenda para estar presente na Feira do Arestal, deixou uma palavra de apreço à Junta de Freguesia de Junqueira, pela organização do evento realizado neste fim de semana, em que outras iniciativas ocorreram e onde esteve presente, como o Rally, que passou por muitas aldeias de Vale de Cambra, teve igualmente um impacto positivo, pela dinâmica gerada e pela expressiva afluência de público a Vale de Cambra.-----

O vereador Vítor Tavares referiu ter presenciado um risco de atropelamento na saída de carro do Parque de Estacionamento Subterrâneo, porque os transeuntes optam por sair pela mesma saída, sendo necessária a competente sinalização para evitar acidentes.-----

De imediato foi informado que já existe essa sinalização.-----

Seguidamente, dada a situação de degradação em que se encontram cerca de três apartamentos habitados no prédio situado na Rua de Moutides, junto à UNIAGRI, questionou se seria possível ser feita uma visita pelos Serviços Camarários para averiguação da situação.-----

Questionando se a Câmara Municipal poderia intervir, alertou para a existência de diversos espaços agrícolas invadidos por vegetação e árvores de grande porte, designadamente na linha de água localizada a sul da Zona Industrial de Lordelo,



2026.07.28

onde as árvores já ultrapassam a altura das linhas elétricas, havendo uma situação idêntica na Rua da Capela, na Rua Arlindo Soares de Pinho, na Rua Eng.º Ilídio Pinho junto à entrada da ARSOPI, bem como na linha de água entre a ponte nova e a Ponte da Gandra, prevendo que no futuro poderão gerar problemas. -----

Disse ter tido conhecimento do interesse em construir um Centro de Inspeção de Automóveis em Vale de Cambra, o qual carecerá de uma área aproximada de 3.000m², devendo ser pensada a sua localização pelo executivo. -----

Perguntou se foi anulada a promessa de compra e venda do terreno existente junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários e ainda se estava previsto algum estudo quanto à localização de uma ou mais Zonas Industriais no concelho de Vale de Cambra.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira felicitou o Município pela promoção das diversas atividades durante o fim-de-semana, e, sendo esta a aposta do executivo residente, deseja que todas estas iniciativas produzam o retorno esperado e contribuam efetivamente para alavancar o desenvolvimento de Vale de Cambra, tendo sobretudo apreciado o envolvimento da comunidade durante todos os eventos.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares referiu ter registado com agrado as atividades promovidas durante o fim-de-semana, as quais evidenciaram a notável capacidade do Município em organizar eventos de grande dimensão e, não obstante reconhecer tratar-se de uma opção do executivo, merece, contudo, algumas reservas quanto à sustentabilidade futura destas iniciativas. Relativamente à organização do Rally, apoio deliberado em reunião, reiterou a pergunta então feita em relação aos custos, pretendendo, assim, saber quais os custos finais associados da iniciativa, não apenas no âmbito de que identifica como um mero patrocínio, mas todas aquelas que tanto antes, durante, como



depois do evento, tiveram de ser feitas, como o caso da reposição da pintura dos lugares de estacionamento nas vias centrais realizado no dia seguinte, dizendo a propósito, se esta mesma equipa poderia, de forma tão pronta, pintar a risca central na estrada da Agualva, pedido da população há já algum tempo, dado que dificulta a circulação, sobretudo em alturas de menor visibilidade na estrada. -----

Referiu a existência de uma falha protocolar neste e noutros eventos, pedindo a atenção dos respetivos serviços para que, em todos os eventos realizados pela Câmara Municipal, não seja esquecido o envio de convite à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, tanto para estar presente no evento, como fazer, em palco, a representação da Assembleia Municipal. -----

Deu nota de que, por iniciativa de dois Deputados do PPD/PSD e não de forma protocolar, foram visitadas duas instituições do concelho, a obra em construção, da Habitação Partilhada da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e a obra da Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente (AVPACD), a quem informalmente deram a notícia da existência de um reforço ao seu pedido de financiamento para a obra da sede da associação. -----

Sublinhou que a missão da Câmara Municipal não é a organização de grandes eventos e considerou que, face às restrições orçamentais, poderá, no futuro, ser necessário limitar a realização deste tipo de iniciativas a apenas um ou dois eventos de maior dimensão. -----

O Sr. Presidente agradeceu os contributos e esclareceu que foi um gosto presenciar algumas das atividades realizadas no último fim-de-semana, ver a dinâmica do movimento associativo, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, que tornaram possível a sua concretização, apesar de não ter conseguido estar em todas devido à sua sobreposição. -----

Dirigiu uma palavra de agradecimento e reconhecimento à Junta de Freguesia de Junqueira pela responsabilidade na organização da Feira do Arestal, à qual a



2026.07.28

Câmara Municipal deu uma grande parte do apoio logístico e financeiro, prevendo-se, a partir de 2027, e de acordo com um regulamento ainda em preparação, um reforço do apoio municipal aos agricultores e produtores do concelho, no âmbito das feiras de gado, Feira dos 16 e Feira do Arestal, onde, nesta última, também tem interesse a Câmara Municipal de Sever do Vouga, com quem tem dialogado, na pessoa do seu Presidente, para que ambos os municípios possam equilibrar o apoio dado, uma vez que, a Câmara Municipal de Vale de Cambra e a Junta de Freguesia de Junqueira, estão, há alguns anos, a assumir os custos da respetiva organização.-----

Enalteceu a Junta de Freguesia de Macieira de Cambra pela iniciativa Praça ConVida, um evento que organiza e tem vindo a crescer de forma sustentável, com logística assegurada pela Câmara Municipal, com a participação das associações, constituindo uma importante ação de promoção do vinho verde e valorização do território de Macieira de Cambra e de toda a região. -----

Enalteceu ainda o papel determinante de algumas associações que não se centram somente nos associados, mas também na promoção e divulgação do concelho, deixando uma especial palavra de apreço à Associação Desportiva e Cultural da Felgueira que, em conjunto com a Federação Portuguesa de Ciclismo, organizou no dia 26, uma prova de XCO BTT, a qual reuniu cerca de 200 participantes de todas as zonas do país, gerando um impacto muito positivo tanto no alojamento local, como na restauração, bem como, na promoção do território.-

Sobre o comentário que ouve, não nas reuniões, frisou, mas sobretudo na “praça pública” de que a Câmara Municipal não é uma entidade organizadora de eventos, disse que, a Câmara Municipal faz muito mais do que organizar eventos porque tem de promover iniciativas que têm impacto e contribuem para dinamizar, valorizar, tornar conhecido e gerar retorno para o território de Vale de Cambra, sendo sempre esses os pressupostos para a promoção de qualquer iniciativa,



situação que o levará a continuar essa linha de ação, pois mesmo não se conseguindo saber o retorno exato, sabe-se que o há e não só no centro da cidade, como dizem ter acontecido em relação ao Rally, que se estendeu a outras freguesias de Vale de Cambra que agradaram aos visitantes, que certamente voltarão a visitá-las de novo. -----

Acrescentou que existem as intervenções visíveis, cujo consequente “barulho”, permite apurar que correram bem e existem outras menos visíveis, nas quais o Município continua igualmente empenhado, como o que acontece na área social, onde se fez um investimento de grande relevância que resultará na atribuição de 25 habitações a famílias; a requalificação do edifício do Centro de Saúde de Vale de Cambra, abrangendo não só as infraestruturas, mas também o reforço dos serviços disponibilizados à população na Unidade de Saúde Local, com o objetivo de os estender, progressivamente, aos restantes Polos de Saúde do concelho; no domínio da educação, existe um investimento municipal contínuo na reparação das escolas, além de diversos apoios já aprovados para a educação, assim como para as associações e IPSS do concelho. Outra questão que identifica como menos visível é a relativa à melhoria dos resultados dos indicadores de qualidade de vida, estando, nesse âmbito, a fazer esforços para que seja promovido, assim que possível, o arrendamento acessível e a aquisição, tanto de habitação como de terrenos, a custos controlados, resultados que não se refletem de forma imediata, como acontece com o resultado proveniente de um qualquer evento realizado. -----

Sobre a descentralização das reuniões pelas freguesias do concelho, feita com o intuito da proximidade às populações, como falou o vereador Sérgio Soares, talvez a hora de início tenha de ser alterada, pelo que deixa em avaliação pelos restantes membros do executivo, a possibilidade de alterar o seu horário. -----



2026.07.28

A este propósito, pede a palavra o vereador Miguel Aguiar Soares para concordar com a ideia da proximidade aos fregueses num horário mais propício, solicitando que o Sr. Presidente faça a proposta para alterar o horário das reuniões descentralizadas, contando que o facto de se ter movido a hora das reuniões, do início da tarde para o início da manhã, se baseou na inexistência da interrupção da normal atividade profissional dos vereadores não residentes. -----

O Sr. Presidente, ainda sobre as opções do executivo menos visíveis, referiu que se continua a investir na expansão da rede de água e de saneamento, tentando-se expandir a área abrangente, nomeadamente a Paçô, nesta freguesia. -----

Respondendo às questões colocadas, referiu que seria dado conhecimento da intervenção sobre o corte dos arbustos, à chefe da respetiva Divisão, sabendo que uma parte já se encontrava executada, designadamente algumas árvores que pendiam para a ponte, e que, dificultavam a passagem. -----

Sobre a construção do Centro de Inspeção Automóvel, esclareceu já ter sido contactado há algum tempo, desconhecendo, contudo, se caberá à Câmara Municipal disponibilizar o terreno ou se essa responsabilidade competirá à empresa promotora da infraestrutura. Manifestou ainda, total disponibilidade da Câmara Municipal para colaborar no que se revele necessário. -----

Relativamente ao terreno situado junto aos Bombeiros, informou que ainda não existe qualquer decisão, uma vez que foi solicitado um estudo a uma empresa de consultadoria para avaliar a viabilidade da construção de um novo heliporto em Lordelo ou, em alternativa, da requalificação da infraestrutura existente em Algeriz, encontrando-se a aguardar o relatório sobre a questão. -----

No que diz respeito às zonas industriais, referiu que o Município se encontra em processo de negociação com os proprietários dos terrenos em Algeriz, para onde já se encontra elaborado um projeto, quantificados os custos, prevendo-se, contudo, a necessidade de proceder a algumas expropriações, por falta de



entendimento com os proprietários; na Zona Industrial do Rossio já se encontra em preparação um terreno pertencente à Câmara Municipal, tendo manifestado interesse em se instalarem naquele local, várias empresas de considerável dimensão. -----

Relativamente ao custo total do Rally, embora ainda não disponha dos valores finais, informou que a despesa ficou entre 5.000 e 8.000 euros acima do inicialmente previsto, em virtude da necessidade de alterar o percurso inicialmente definido, por coincidir com outras atividades já programadas. Esta alteração implicou o reforço do dispositivo de segurança, nomeadamente através da contratação de um maior número de militares da GNR, o que originou o acréscimo dos custos.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares, tendo em conta a realidade apresentada pelos Indicadores da Prestação de Contas, sugeriu a utilização de uma forma de cálculo em que se considerem também os custos gerais que são imputados, e não apenas os custos diretos, e ainda ter em conta os trabalhos não realizados por consequência. -----

O Sr. Presidente concordou com a sugestão e a propósito da outra sugestão dada sobre a pintura da estrada da Agualva, disse que iria visitar o lugar para se inteirar das necessidades da população, que, conforme aquele vereador referiu, passa por outras áreas. -----

Sobre a visita dos Deputados da Assembleia da República, que considera importante, tal como o é noutras localidades onde se têm deslocado por sua iniciativa, disse que o resultado do primeiro financiamento, bem como, o reforço do Fundo Social de Socorro obtido para a Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, já era do seu conhecimento, porque adveio de um trabalho determinante desenvolvido pela vereadora Mónica Seixas, junto da Sra. Secretária de Estado e das entidades competentes, em colaboração com a



2026.07.28

referida associação. Sublinhou que para além de todo o apoio já dado desde o início, com a elaboração do projeto, a cedência do espaço, a Câmara Municipal também assumiu o compromisso de fazer todos os arranjos exteriores e a via frente ao edifício. -----

Em relação à questão protocolar abordada pelo vereador Miguel Aguiar Soares, o Sr. Presidente disse que a organização do Rally não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, não tendo havido nem cerimónia de abertura nem de encerramento, nem sequer foram convidados os membros do executivo residente, exceto ele próprio. -----

Respondendo ainda a uma sugestão daquele vereador sobre a criação de lugares para stands para divulgação de imóveis de Vale de Cambra durante os eventos organizados pela Câmara Municipal, informou que deve haver uma manifestação de interesse em ocupar os espaços públicos destinados a stands, sejam associações ou outras entidades que querem promover os seus produtos. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. AJUSTE DIRETO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: REVISÃO OFICIAL DE CONTAS 2026 E 2027: -----

--- Processo Medidata N.º 20717/26 – DFP ---

Transcreve-se a informação de 09/07/2026, prestada pelo Chefe da DFP, Rui Valente: -----

“Prevê-se o fim da prestação de serviços de certificação legal das contas deste Município, que resultou da Consulta Prévia 57/2024, no próximo mês de outubro. Foi, ao abrigo do artigo 35.º-A do Código da Contratação Pública, contactada a empresa atual prestadora daquele serviço - Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados – que apresentou uma proposta de preço, para 24 meses, de 19.900€, acrescido de IVA. Face à exigência de existência de auditor externo no município, prevista no art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo presente



o elevado conhecimento técnico já demonstrado pela empresa em questão, e ainda tendo presente que o valor agora apresentado está em linha com apresentado no procedimento anterior (20.000,00€), propõe-se procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art. 16.º e da al. d) do n.º 1 do art. 20.º do CCP para aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas para os anos de 2026 e 2027, considerando um preço base de 19.900,00€, convidando para o efeito a entidade atrás referenciada, sugerindo, para o efeito, o caderno de encargos que se anexa, sendo o contacto da referida entidade o que abaixo se apresenta. -----

- Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados – geral@hlb.svtm.pt -----

Permito-me relembrar que a designação do Revisor de Contas é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares, dado esse dado não constar da informação, perguntou há quantos anos é que a empresa era revisora oficial de contas da Câmara Municipal, alertando para a necessidade de verificar se está dentro dos limites à contratação do ajuste direto.-----

O Sr. Presidente respondeu que seguramente o Dr. Rui Valente teve essa situação em consideração.-----

Proposta de Cabimento n.º 2027/2026. -----

Caderno de Encargos apenso. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, propor à Assembleia Municipal a Aquisição de Serviços de Revisão Oficial de Contas à empresa Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, para o período de 24 meses, pelo valor de 19.900€, acrescido de IVA, conforme o n.º1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, de acordo com os documentos constantes no processo Medidata referido. -----



2026.07.28

2. PROCEDIMENTO CONCURSAL: 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL):-----

--- Processo Medidata n.º 18565/26 – DAJRH ---

Por informação técnica de 15/07/2026, do chefe da DAJRH, encontram-se reunidos os demais pressupostos legais e procedimentais, sugerindo que o presente processo seja apreciado em reunião da Câmara Municipal e emitida deliberação nos termos e condições da informação técnica datada de 26/06/2026, cuja conclusão / proposta se transcreve: -----

“1 — Verifica-se estarem reunidas as condições para que o Órgão Executivo autorize a abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Engenharia Civil), a afetar à Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana. -----

2 — Propõe-se que o procedimento concursal seja aberto ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, permitindo a admissão de candidatos com e sem vínculo de emprego público, de forma a assegurar maior celeridade e eficácia no recrutamento.”-----

O vereador Miguel Aguiar Soares questionou se o lugar estava previsto no Mapa de Pessoal, tendo o **Sr. Presidente** respondido que sim e que correspondia a uma necessidade efetiva, uma vez que era frequente o recurso a empresas externas para a elaboração de projetos de especialidades, o que implicava custos muito elevados.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, proceder à abertura de procedimento concursal, tendo em conta o previsto o n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, para o preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Engenharia Civil), por tempo



indeterminado a afetar à Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana, de acordo com os documentos constantes no processo Medidata referido.

3. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: APOIO À UNIÃO CULTURAL RECREATIVA FUSTE E FUNÇÃO – “I SUBIDA DO RIO”:-----

--- Processo Medidata n.º 20008/26 - DCDT---

Por informação de 08/07/2026, prestada pelo técnico superior da DCDT, Miguel Alves, foi deferida, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 10/07/2026, a prestação do apoio à União Cultural e Recreativa de Fuste e Função para realização da I subida do Rio da UCRFF, prevista para o dia 18 de julho de 2026. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos seis membros presentes, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 10 de julho de 2026, que deferiu o apoio logístico à União Cultural e Recreativa de Fuste e Função para realização da I subida do Rio da UCRFF, no passado dia 18/07/2026. -----

Declaração de voto da Bancada do PPD/PSD: “Como é normal saudamos e apoiamos as iniciativas das associações locais e entendemos que a Câmara Municipal deve dar-lhes o apoio necessário à realização das suas atividades.”-----

Face ao assunto do ponto 4, o vereador Miguel Aguiar Soares, ausentou-se da reunião por ser Confrade Mestre. -----

4. CONFRARIA DO VINHO VERDE: CONVITE AO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA, PARA CONFRADE MECENAS:-----

Processo Medidata n.º 9639/26 – DAJRH ---

Transcreve-se a informação de 16/06/2026, prestada pela técnica superior jurista, Isabel Mariano: -----

“Apresenta a Confraria do Vinho Verde, convite ao Município de Vale de Cambra, para confrade Mecenias, com a quota anual de € 700,00 e na atribuição ao



2026.07.28

Presidente da Câmara Municipal da categoria de Confrade Honorário, com o Título de Cavaleiro. -----

A Confraria do Vinho Verde é uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos. -----

De acordo com o disposto no artigo 59.º da Lei n.º 50/2012, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que os encargos a assumir não podem configurar um apoio financeiro, e as atividades a desenvolver pela associação terão de ser de relevante interesse público municipal (v. artigo 56.º da Lei n.º 50/2012). Sendo que o encargo a assumir com o pagamento da quota anual de 700€, não reveste a natureza de apoio financeiro (v. Solução Interpretativa Uniforme, aprovada em reunião de Coordenação Jurídica de 24 de maio de 2016, homologada por Despacho do Secretário de Estado da Administração Local, de 3 de agosto de 2016). -----

A participação do Município numa Associação está sujeita a visto do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato e depende de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para além de ter de ser comunicada pelo município à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais (v. artigos 53.º a 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual). -----

Quanto ao requisito da prossecução de relevante interesse público municipal, nas atividades a desenvolver pela Associação, entende-se que caberá à DCDT verificar, no caso em apreço, se aquele requisito é cumprido, face ao que é pretendido – dar visibilidade aos produtos e produtores locais – e ao que se encontra previsto nas disposições dos Estatutos da Confraria do Vinho Verde.”

Informação prestada pelo chefe da DCDT, Artur Ferreira-----

“Quanto ao requisito de interesse público municipal, o mesmo é cumprido face à visibilidade que se pretende dar ao produto turístico vinho verde, referência na



heráldica de Vale de Cambra, assim como aos produtores de vinho verde de Vale de Cambra.-----

Pretende-se com a Confraria do Vinho Verde o apoio ao estudo e divulgação dos trabalhos de Vinho Verde, bem como provas e concursos de Vinho Verde”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, propor à Assembleia Municipal, a aprovação da participação do Município de Vale de Cambra na Confraria do Vinho Verde, como Confrade Mecenas, bem como, autorização para o pagamento da respetiva quota e a realização de todos os procedimentos à sua concretização, de acordo com as informações prestadas no processo. -----

Regressou à reunião, o vereador Miguel Aguiar Soares.-----

5. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO/ TRATO DE TERRENO DO ARRUAMENTO DENOMINADO RUA DOS MOINHOS, COM A ÁREA DE 153M2, PARA DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PARTILHADA EM RAMILOS, MACIEIRA DE CAMBRA:-----

--- Processo Medidata n.º 22534 /26 – DPOGU – DAJRH ---

Transcreve-se informação de 23/07/2026, subscrita pela Técnica Superior Jurista, Isabel Mariano e pelo chefe da DPOGU, Armando Ribeiro:-----

“Em sua reunião de 2023-07-11, a Câmara Municipal deliberou aprovar o projeto mandado elaborar no âmbito da implementação da Estratégia Local de Habitação, tendo por objeto um Edifício de Habitação Partilhada com 20 fogos de tipologia T1.-----

De acordo com o projeto “o acesso ao empreendimento é feito através de uma ligação a criar, entre a Travessa de Moutides e a Rua de Moutides, em terreno a negociar pela CM”. Sendo que “a criação deste acesso implica que seja feita a

2026.07.28

desativação de um troço da Rua dos Moinhos, passando este troço do domínio municipal para o domínio privado da CM.”. -----

No seguimento desta deliberação, foi aberto procedimento pré-contratual – concurso público n.º 7/2024 – no qual foi adjudicada a execução da obra a Mário Ferreira Pinho & Filhos, com o qual foi celebrado o contrato n.º 49/2024. -----

No decurso da execução da obra, nos termos do projeto aprovado, foi ocupado um troço da Rua dos Moinhos. No entanto, tal ocupação ocorreu sem que prévia e expressamente este troço da via pública tivesse sido objeto de desafetação do domínio público e de integração no domínio privado do município. -----

Situação que apesar de ter sido identificada na deliberação de 11/07/2023, carece de ser regularizada, para o que se propõe que a Câmara Municipal delibere dar início a procedimento de desafetação dando publicidade à intenção de proceder à desafetação dando publicidade à intenção de proceder à desafetação da parcela de terreno – troço da Rua dos Moinhos, através de edital.-----

Decorrido o prazo concedido para o efeito (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, cabe à Câmara Municipal, mediante apresentação de relatório de apreciação elaborado pelos serviços camarários, deliberar propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1 do artigo 25, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar a referida parcela de terreno, do domínio público e integrá-la no seu domínio privado, no âmbito da implementação de Edifício de Habitação Partilhada com 20 fogos de tipologia T1 / Estratégia Local de Habitação. -----

Mais se informa que já se encontra na posse do Município, o terreno para a criação de uma nova via, que vai substituir o troço da via ocupado com a implementação da obra, garantindo os interesses dos moradores do local.-----



Junta: Levantamento topográfico efetuado à data da execução do projeto: Planta de implantação com a parcela de terreno a desafetar do domínio público, assinalada a cor de laranja."-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares frisou que o caminho existente se encontrava nos limites da propriedade e não no meio do terreno onde está implantada a construção, questionando se era um procedimento habitual, ocupar primeiro uma área do domínio público e posteriormente proceder à sua desafetação. -----

Frisou que as peças de arquitetura que serviram de base à aprovação do Auto de Receção provisória parcial incluem a representação de uma rotunda, o que não corresponde à realidade, pelo que, após deliberada a opção de uma alteração ao projeto de execução, no que se refere à rede viária, reunião de 18/05/2026, a questão essencial, era saber se o projeto foi formalmente alterado, porque existem diferenças entre o executado e o projeto inicialmente aprovado.-----

Concluiu, afirmando ser importante esclarecer todas as situações e regularizar a situação dentro dos trâmites legais, e, acima de tudo, garantir que situações desta natureza não voltem a ocorrer. -----

Respondendo, o Sr. Presidente presume ter acontecido pontualmente uma falha no desencadear do procedimento de desafetação, que se pretende agora colmatar, tendo recebido após o envio da documentação desta reunião, a alteração ao projeto que será presente numa próxima reunião, tendo de imediato disponibilizado a nova planta de implantação para verificação da conformidade do executado na obra. -----

Agradeceu o contributo e garantiu ainda aos vereadores da oposição, que frisam que os alertas feitos em reunião têm um sentido positivo, de que será tido em conta o por estes referido, sendo presente, em próxima deliberação sobre o assunto, a planta de implantação efetivamente corrigida. -----



2026.07.28

Colocado à votação, o presente ponto obteve três votos contra da bancada do PPD/PSD e três votos a favor da bancada do CDS/PP e, usando o Sr. Presidente o seu voto de qualidade para desempatar, a Câmara Municipal deliberou, por maioria dos seis membros presentes, dar início ao procedimento de desafetação do domínio público para o domínio privado do município de um trato de terreno do arruamento denominado Rua dos Moinhos, Ramilos, freguesia de Macieira de Cambra, com 153m2, conforme identificado na planta de implantação, nos termos da informação prestada no processo.-----

Declaração de voto da bancada do PPD/PSD: “Votamos contra, dado que as peças de arquitetura aqui apresentadas não correspondem à realidade do que está implantado.” -----

6. INFORMAÇÕES E OUTROS PROCESSOS:-----

INFORMAÇÕES:

- O Vereador Miguel Aguiar, no uso da palavra e relativamente ao ponto 4 da ordem de trabalhos, no qual não esteve presente por impedimento, referiu ser Confrade da Confraria do Vinho Verde e Confrade e Mestre de Ritos e Cerimónias da Confraria Gastronómica da Raça Arouquesa e, ter sido abordado para que a Câmara Municipal apadrinhe uma confraria a criar em Vale de Cambra, “Confraria dos Saberes e Sabores de Vale de Cambra”, com o objetivo de congregar os “saberes e sabores” do concelho, valorizando e promovendo os produtos endógenos de Vale de Cambra, o mesmo podendo ser feito com a castanha de Castelões, constituindo-se este movimento confrádico como um importante instrumento de divulgação e promoção do concelho, do seu património gastronómico e cultural. Para melhor conhecer este movimento, deixou o convite para no próximo dia 1 de dezembro, assistirem, no centro da Vila de Arouca, ao desfile da Confraria Nacional da Raça Arouquesa, entre outras das cerca de 300 que existem no país. -----



O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Silva, agradeceu a sugestão e, dando continuidade à Ordem do Dia, prestou as seguintes informações: -----

- Requerimento de férias do vereador Nelson Martins: Deferidos os dias 21, 22 e 28 a 31 de julho de 2026; -----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 8 a 22/07/2026, no valor líquido total 1.131.105,29€ (um milhão, cento e trinta e um mil, cento e cinco euros e vinte e nove cêntimos). -----

- Listagem de processos de Obras Particulares deferidos entre os dias 8 e 22 de julho de 2026, por despacho do vereador Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/ subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas.-----

OUTROS PROCESSOS:

A vereadora Mafalda Ferreira ausentou-se da reunião, por impedimento. -----

- **PROCESSO DE OBRAS N.º 347/83 ONEREDPDM – REQ. N.º 1281/26:**

FUNDAÇÃO LUÍZ BERNARDO DE ALMEIDA: -----

Pedido de isenção de pagamento de taxas relativas ao processo de alteração de frações A, B e C (transformar em 5 frações e alterar o uso de comércio para habitação) na Av. Miguel Bombarda, freguesia de Macieira de Cambra.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pela transformação em 5 frações, das frações A, B e C do prédio sito na Av. Miguel Bombarda, freguesia de Macieira de Cambra, nos exatos termos das informações técnicas de 07/07/2026, da DOP, devendo destas ser dado conhecimento ao requerente. ----

A vereadora Mafalda Ferreira regressou à reunião.

2026.07.28

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo) -----

Do público presente, registaram-se quatro intervenções, três de munícipes com ligação à Freguesia, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos:

1.ª Inscrição:

- **Rui Costa** solicitou respostas ao seu requerimento, nomeadamente sobre a transformação de comércios em habitações, falsas declarações de técnicos e falta de informação interna relativa às competências da Câmara Municipal no licenciamento de construções. -----

O Sr. Presidente informou que as situações aguardam apenas a sua análise, comprometendo-se a responder assim que possível.-----

2.ª Inscrição:

- **Francisco Monteiro** questionou a falta de limpeza da vegetação na Ponte da Batalha; pediu para ser analisado por um perito, o desnível na via da estrada que vai da sede da Junta até à Serra da Freita, facto que o preocupa e merece atenção; perguntou quando é que terão um Posto de Saúde centralizado em Cepelos, nem que fosse aberto pelo menos um dia por semana; solicitou a colocação de lombas, semáforos limitadores de velocidade e passadeiras, que não existem nos vários lugares; quando iria ser feita a rede de saneamento básico para o lugar de Gatão; que medidas estão a ser tomadas para fixar jovens na freguesia; como fazer para se efetivar a descentralização e instalação de um posto dos bombeiros; quando seria projetada uma zona Industrial na Freguesia; sugeriu a criação de passadiços junto ao rio Caima e a criação condições para a construção de habitação social na freguesia. -----

O Sr. Presidente, respondendo, informou ser difícil atender a todos os pedidos de limpeza da vegetação e também na área da segurança rodoviária, e que se estão a tomar medidas para melhorar a prestação dos serviços, nomeadamente com a aquisição de novos equipamentos; referiu que estão em curso projetos para expansão das redes de saneamento e de água que se centra sobretudo em Junqueira, Arões e Janardo, estando previsto para Cepelos, um alargamento das redes em Paçô, pretendendo chegar com a ligação da rede de água a Casal de Arão, estando também a ser realizado um estudo para avaliar a possibilidade de



fazer a instalação na zona do Barreiro; considerou inviável a criação de um mini quartel de bombeiros, apontando como alternativa uma Unidade Local de Socorro; sobre a criação do posto do Centro de Saúde, informou não ser da competência da Câmara Municipal, mas que o Posto de Macieira de Cambra se encontra geograficamente perto; informou ainda a existência de uma candidatura para criação de passadiços num percurso fluvial, bem como outras medidas para incentivar a fixação de jovens, como a habitação a custos controlados e futuros apoios à natalidade; quanto à criação de uma Zona Industrial, salientou a existência de vários constrangimentos, sobretudo de natureza geográfica.-----

No uso da palavra, o vereador Miguel Aguiar Soares esclareceu que para além da Unidade Local de Socorro, a eventual criação de uma Secção de Bombeiros exigiria uma equipa de 25 bombeiros remunerados, com os respetivos níveis hierárquicos e formações obrigatórias, tornando a concretização da proposta muito difícil, mesmo existindo a boa vontade. -----

3.ª Inscrição

- **Vítor Ribeiro** defendeu a criação de uma Unidade Local de Socorro, com incentivos aos voluntários; alertou para a necessidade de obras de requalificação no Centro Social e Paroquial de Cepelos; solicitou maior frequência na recolha do lixo dos ecopontos e campanhas de sensibilização para a correta separação de resíduos; pediu a repavimentação da estrada entre Sandiães e Cepelos de Baixo; sugeriu a criação de uma creche conjunta entre Cepelos, Arões e Junqueira e incentivos à recuperação de casas devolutas, através da redução do IMI. - Por fim, propôs a realização mais frequente de reuniões descentralizadas. - Voltando a usar da palavra, lembrou a existência da Casa da Tulha, ao abandono, que poderia ser entregue à Junta de Freguesia para a restaurar. -----

O Sr. Presidente defendeu que a dinamização das freguesias depende do envolvimento conjunto da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, associações e comunidade; quanto à entrega da Casa da Tulha à Junta de Freguesia, considerou que tal faria sentido desde que esta assumisse também os custos do seu restauro e dinamização, sem recorrer posteriormente a apoio financeiro da Câmara Municipal; sobre os Ecopontos, cuja colocação é da responsabilidade da empresa ERSUC, disse ser um problema em todo o concelho, aguardando-se o reforço do número de ecopontos, o que nem sempre se consegue porque é a empresa que gere todo o sistema de recolha do lixo. -----

2026.07.28

Pediu a palavra a vereadora Mafalda Ferreira para, em suma, referir que o mais importante para fixar a população nestas localidades distantes do centro, são as infraestruturas existentes, como é o caso de uma creche e outras valências sociais, porque a dinamização de eventos, nunca iria ter esse resultado. -----

- **Pedindo a palavra, a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, Fernanda Gonçalves**, referiu ter sido sempre um objetivo seu, a criação de uma creche, e Cepelos, como um ponto central de passagem para vários lugares seria o local ideal para essa infraestrutura, sugerindo o terreno junto ao edifício da Junta, o que permitia servir as várias localidades ali à volta, referindo ser essa uma das condições para aumentar a população naquela freguesia. -----

A vereadora Mónica Seixas, no uso da palavra, esclareceu que tem reunido com a Segurança Social de Aveiro sobre o assunto, pois pode a Câmara Municipal manifestar o interesse, mas a estes cabe este tipo de decisão, tendo sugerido, numa dessas reuniões, uma edificação, a do Centro Escolar de Arões Junqueira, que tem todas as condições para ser reconvertida numa creche, sugestão que já foi aceite, por reunir as condições obrigatórias por lei, faltando, contudo, a manifestação de interesse por parte de uma das IPSS de Vale de Cambra, para validar este projeto cujos indicadores ainda estão a ser avaliados pelos respetivos técnicos. -----

Mais disse, que aquela localização resolveria também o mesmo problema das freguesias de Sever do Vouga mais próximas daquele Centro Escolar, dado que a respetiva Câmara Municipal ainda não conseguiu dar essa resposta à respetiva população. -----

- **Os intervenientes da Junta de Freguesia**, acreditando que esta ficaria melhor situada no centro de Cepelos, junto ao Edifício da Junta ou no Edifício da Escola, mas, nessa impossibilidade, concordam com a ideia de que seja no atual CEAJ, um projeto escolar implementado em Arões, que, há 30 anos esteve pensado para ser implementado na sua freguesia, considerando, manter-se o princípio de servir a população do interior. -----

O Sr. Presidente, continuando as respostas, corroborou as palavras da vereadora, e informou que se mantém as reuniões como a Segurança Social de Aveiro no sentido da implantação da creche no CEAJ. -----

Disse ter estado em conversações com a entidade bancária Crédito Agrícola Terras de St.ª Maria para a colocação de um posto Multibanco, também pedido feito pela Junta de Freguesia que disponibilizou a sede da Junta para o efeito, e



informou que o pedido, já feito por anteriores autarcas, não seria concretizado porque a atual política das entidades bancárias, é a de retirar algumas das que já se encontram instaladas. -----

Referiu-se aos procedimentos para a criação de uma Unidade Local de Socorro, constituída por voluntários, garantindo estar a Câmara Municipal disponível, para, através dos Bombeiros Voluntários ou mesmo a Proteção Civil, efetivarem a formação necessária aos intervenientes, bem como eventual equipamento. -----

Sobre as obras no Centro Social e Paroquial de Cepelos, foi referido que, não tendo sido apresentado pedido, no âmbito do apoio às IPSS, para o necessário restauro, seria posteriormente contactada a respetiva Diretora. -----

4.ª Inscrição:

- O Sr. Presidente deu a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, **Fernanda Gonçalves**, que agradeceu a presença da Câmara Municipal, saudando-a pela iniciativa da descentralização, a qual contribui para uma maior união e clareza no que diz respeito à dimensão dos problemas locais, esperando que assim, continue.-----

Face à necessidade da rápida e atempada da gestão de combustível, solicitou o aumento de verbas para a contratação de recursos humanos, dado que são tantos os pedidos, que a Junta não tem capacidade para tudo; disse ter solicitado, no mês de maio, a intervenção dos Sapadores Florestais na limpeza dos caminhos florestais mais problemáticos em caso de incêndio, o que ainda não aconteceu por falta de disponibilidade; referiu-se ainda à pavimentação de duas ruas até ao final do verão, conforme lhe foi prometido pelos Serviços da Câmara Municipal, mas que havia outras que têm o piso em muito mau estado, além do arvoredado que as ladeiam que também deve ser cortado, perguntando quem deve notificar os proprietários para realizar esse corte. **Foi de imediato esclarecida** que, identificados os proprietários, a Câmara Municipal os notifica, dá um prazo que, não cumprido, implica que os Serviços efetuem a limpeza com posterior apresentação de custos ao proprietário.-----

Por último, a Sr.ª Presidente da Junta referiu-se a uma munícipe de Paçô que lhe dirigiu um e-mail, **tendo o Sr. Presidente** informado ter recebido igual e-mail, reportando o problema relacionado com as redes de água e saneamento. -----

Respondendo à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, o Sr. Presidente informou que foram celebrados protocolos com as juntas de Freguesia para a

2026.07.28

limpeza de combustível e concedido o respetivo apoio financeiro acima do que se encontra tabelado, nada mais, por agora, se podendo fazer. -----

Fim do Período de Intervenção do Público

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO:

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, todas as deliberações tomadas na presente reunião tendo em conta os documentos que constam dos processos Medidata referidos nos respetivos pontos, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada numa próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo doze horas e vinte minutos, o Sr. Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, declarou declarou encerrada a reunião secretariada por Adélia Cruz, da qual se elaborou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por Cristina Capelo, que a lavrou.




